



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

REPRODUÇÃO DO TRABALHADOR NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: TRABALHADOR DE RUA NO CICLO DO PROCESSO CAPITALISTA

Pollyana Luz Macedo da Silva¹

Resumo: Este trabalho parte das contribuições conceituais da teoria social crítica para entender o sistema capitalista, bem como das relações que estabelecem na (re)produção da vida em sociedade e suas contradições. A compreensão dos trabalhadores informais parte das relações sociais em presença no capital, pois além do trabalho é preciso refletir um conjunto de relações que atravessam o mesmo.

Palavras-chave: Modo de produção capitalista; Trabalho; Trabalho de rua; Reprodução do trabalhador.

Abstract: This work is based on the conceptual contributions of critical social theory to understand the capitalist system, as well as the relations established in the (re) production of life in society and its contradictions. The understanding of the informal workers is part of the social relations that are present in the capital, because beyond the work it is necessary to reflect a set of relations that cross the same.

KeyWord: Capitalist mode of production; Work; Street work; Reproduction of worker.

Introdução

Para Marx, produção é reprodução ampliada do capital, isto é, reprodução da riqueza material, da ideologia, das lutas sociais, dos conflitos de classe. O processo de reprodução é continuidade do capital e trabalho que trazem à tona o caráter contraditório das relações de classe. Capital e trabalho estão inseridos numa lógica dialética a qual um não vive sem o outro, pois há uma dependência mútua. Um recria o outro, mas um é distinto do outro.

Na primeira parte deste trabalho teço algumas considerações sobre o funcionamento do modo de produção capitalista a partir do entendimento da lógica de extração de mais-valia, que é retirada do trabalhador assalariado, expondo a evidência da teoria do valor-trabalho para os dias atuais. A mercadoria como sendo a cédula fundamental da sociedade do capital, pois é o que move a engrenagem da sociedade contemporânea.

No segundo ponto destaco a função desempenhada pelos trabalhadores informais, mais especificamente pelos trabalhadores de rua² – chamados de camelôs ou vendedores ambulantes - na esfera da circulação e seu papel fulcral para o fechamento do ciclo capitalista diante da ausência de alternativas para o emprego da força de trabalho pelo capital nos últimos anos. Para entender este universo é preciso adensar reflexões a respeito do

¹ Profissional de Serviço Social, Prefeitura Municipal de Carapebus (PMC). E-mail: pollyanaluzmello@hotmail.com.

² O termo “trabalhador de rua” diz respeito aos trabalhadores que utilizam o espaço público da rua para a venda de suas mercadorias, tais como, os vendedores ambulantes e camelôs.

desemprego estrutural visto nas últimas décadas e do aumento da população supérflua para o capital.

Produção e Reprodução do trabalho no Modo de Produção Capitalista

Marx, em seu livro “O Capital”, elaborou uma bela análise acerca do funcionamento do modo de produção capitalista que nos legou uma excelente apreensão da lógica desse sistema, desvendando suas implicações e significados para o ser social.

Marx, quando inicia sua obra máxima, se encontra num nível de abstração altíssimo e quando nos deparamos com o primeiro capítulo, denominado “A Mercadoria”, o autor relata que:

A riqueza das sociedades, onde rege a **produção capitalista** aparece em imensa acumulação de mercadorias e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria. (grifos meus) (MARX, 1996, p. 41).

Essa citação deixa claro o objetivo central de Marx, que é analisar o sistema de produção capitalista. A mercadoria, segundo o estudo de Marx, é uma coisa útil que satisfaz necessidades humanas. Deve assumir duplo caráter: valor de uso e valor de troca. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, que só se realiza de fato no consumo, portanto tem a qualidade de satisfazer uma necessidade humana qualquer, tanto material ou espiritual, direta ou indireta. As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem delas valor de uso. As propriedades espirituais são as necessidades que dão satisfação e prazer ao ego do indivíduo.

O valor de uso de uma mercadoria é, ao mesmo tempo, os meios materiais do valor de troca, que é a capacidade de ser trocada por qualquer outra mercadoria, a partir de uma determinada proporção de trabalho. Os valores de uso se diferem na qualidade, porém os valores de troca se diferem na quantidade. Para ter valor de troca deve haver valor de uso, mas para haver valor de uso, não é necessário ter valor de troca. Isso se explica quando em algum momento o valor de uso não é destinado à troca ou não é fruto do trabalho humano.

Valor é energia de trabalho humano, isto é, trabalho abstraído de sua qualidade para chegar à sua quantidade. Assim sendo, valor é coágulo de trabalho humano solidificado ou trabalho humano indiferenciado. Portanto, conclui-se que para ser mercadoria é necessário ser produto do trabalho humano, o que iguala duas mercadorias distintas. O tempo de trabalho médio necessário para produzir tal mercadoria depende dos meios (níveis) de tecnologia, de destreza, das condições técnicas de uma sociedade num determinado momento.

Se toda mercadoria tem duplo caráter (valor de uso e valor de troca), o trabalho que produz essa mercadoria, tem também visceralmente duplo caráter: trabalho concreto, que é um trabalho específico que o produz para um objetivo específico e se revela no valor e uso; e trabalho abstrato, que é qualquer trabalho que se possa realizar e que tenha dispêndio de energia, não importando a especificidade. Marx relata isso muito bem:

Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva, e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio da força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano (MARX, 1996, p. 173).

Numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis executados independentes uns dos outros, cada um tem uma determinada atividade - trabalhos diferentes - então não se produz tudo o que se consome, assim, há a troca; como negócios privados de produtores autônomos, independentes entre si, numa divisão social de trabalho.

Esse duplo caráter social do trabalho é o que permite aos diversos produtores equipararem seus produtos no ato da troca como valores. O que fazem, ao trocar suas mercadorias, é equiparar seus diversos produtos como modalidades do mesmo trabalho, embora não o saibam. Nas relações que os homens estabelecem através da troca de seus trabalhos equivalentes, materializados em objetos, o caráter social de seus trabalhos aparece como sendo relação entre os produtos de seus trabalhos, aparecem como relações entre coisas, independente de seus produtores. Esse processo ocorre na sociedade capitalista a todo o momento e Marx o denominou de “estranhamento/alienação”.

A mercadoria, como já vimos, é uma coisa útil que satisfaz necessidades humanas. De acordo com Marx, “o caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém tão pouco do conteúdo das determinações de valor”. (MARX, 1996, p. 197)

As relações sociais são realizadas através das trocas de mercadorias - coisificação das relações sociais. O fetichismo se identifica com a palavra ilusão, contudo essa ilusão é depositada nas coisas (mercadorias), porque as coisas representam as relações sociais. As relações entre as pessoas são reificadas, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações entre coisas, esvaziadas de sua historicidade.

Assim, as relações entre as pessoas que se expressam através das coisas deflagram para um processo de desantropomorfização do mercado, isto é, a retirada dos sujeitos do centro das relações sociais de produção. Assim, na reificação das relações sociais se encontra a raiz do fetichismo e da mistificação do capital. Ocorre aqui a inversão da relação

sujeito-objeto, não é o objeto que está a serviço do sujeito ou das necessidades a serviço da população, mas o sujeito a serviço do objeto, portanto, é um sujeito subordinado e alienado.

O capital se expressa através de mercadorias (meios de produção e de vida) e do dinheiro. Estas formas que o representam são necessárias porque são criadas e recriadas no movimento mesmo da produção. Tais formas exteriores são aparências necessárias que fazem parte dos próprios fenômenos, através dos quais se manifesta a substância real dos mesmos. Ao mesmo tempo em que as expressam, as envolvem, pois as relações aparecem como relações entre mercadorias, embora não sejam mais que expressões, de relações entre classes sociais antagônicas. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007, p. 31)

A forma como se dá o processo de troca das mercadorias é: $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$., ou seja, o dinheiro original mais um adicional ou mais valor (excedente). “O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-se em capital” (MARX, 1996, p. 271).

O produto da produção capitalista não é apenas um valor de uso, nem um produto que tem valor de troca. “Seu produto é a mais-valia, ou seja, seu produto são mercadorias que possuem mais valor de troca, isto é, representam mais trabalho que o que foi adiantado para a sua produção sob a forma de mercadoria ou de dinheiro.” (MARX, 1996, p. 70)

Quando o trabalho é vendido, se torna força de trabalho que é uma mercadoria que produz valor. A única mercadoria que pode produzir um mais valor (mais-valia) é senão a força de trabalho. Porém, a força de trabalho, que é a capacidade de trabalhar e de produzir mais-valor, não pertence ao trabalhador, e sim ao capitalista que compra tal mercadoria. De acordo com Marx,

por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporal idade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1996, p. 285)

Para que esta mercadoria esteja disponível no mercado, é necessário atender a duas condições: o trabalhador deve estar “livre” para vender a própria capacidade de trabalho. Segundo Iamamoto e Carvalho (2007),

Tal fato supõe que o capitalista encontre, no mercado, o trabalhador livre, isto é, livre de outros vínculos de dominação extra econômicos, proprietário de sua pessoa, a fim de que possa enfrentar-se no mercado com os possuidores do dinheiro, em uma relação entre possuidores juridicamente iguais de mercadorias, através das quais entram em relação (o dinheiro, expressão dos meios de subsistência, e a forma de trabalho): o proprietário da força de trabalho a cede ao comprador para o seu uso durante certo período de tempo. Esta é a condição para que se mantenha como proprietário de sua mercadoria, podendo tornar a vendê-la. O trabalhador se vê obrigado a vender, para sobreviver, a única mercadoria que possui: sua força de trabalho, ou seja, vende parte de si mesmo, já que de outro lado se lhe enfrentam

como propriedade alheia todos os meios de produção e condições de trabalhos necessários à materialização de seu trabalho, assim como os meios necessários à sua subsistência. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007, p. 38)

Outra condição é que o trabalhador não deve possuir outra mercadoria além da própria força de trabalho. Portanto, o trabalhador tem que ser “livre” e não pode possuir os meios de produção, para ser obrigado a vender sua força de trabalho para um capitalista.

Mas por outro lado, “para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho, ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matéria-prima, instrumento de trabalho, etc.” (MARX, 1996, p. 286).

Há um longo processo histórico determinado – acumulação primitiva do capital - que condiciona essa contradição, onde, de um lado, há os possuidores dos meios de produção³ e, de outro, os possuidores da força de trabalho. A força de trabalho, como todas as outras mercadorias, possui valor de uso e valor de troca. Seu valor de uso está claro em engendrar mais-valor. Seu valor de troca é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a sua capacidade de trabalho (força de trabalho), ou seja, precisa-se sempre produzir e reproduzir essa mesma capacidade de trabalho.

Referente ao valor de troca da força de trabalho, Marx suscita:

enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado (...) Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência (...) Para meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro, etc. humanos que precisa ser repostos”. (MARX, 1996, p. 288)

Alude-se nessa passagem certa reposição de meios de subsistência para a manutenção do indivíduo ao próximo dia de trabalho, como, por exemplo, ter boa saúde, fruir boa noite de sono, satisfazer suas necessidades básicas fisiológicas e psicológicas. Também se leva em conta o fato de que esse indivíduo possuidor da força de trabalho não é imortal, isto é, possui certo período de desgaste, e assim, precisa ser substituído por outro possuidor da força de trabalho.

Portanto, o trabalhador precisa perpetuar-se através da procriação, isto é, reproduzindo-se enquanto força de trabalho engendrado por essa dinâmica. Em suma, o consumo da força de trabalho não ocorre dentro da esfera da circulação, mas sim, na esfera da produção, onde, simultaneamente é produzida a mercadoria e a mais-valia. Assim, a mais-valia nada mais é que o tempo de trabalho além do necessário para a reprodução da força de trabalho, ou seja, trabalho não pago.

³ O objeto de trabalho e o meio de trabalho, Marx chama de meios de produção. O meio de trabalho pode ser exemplificado como uma máquina (instrumentos e ferramentas) e o objeto de trabalho podem ser exemplificados pela matéria-prima. O processo de trabalho vai ser a junção da força de trabalho com os meios de produção.

A teoria da lei do valor-trabalho expressa, fundamentalmente, que a única mercadoria que possibilita gerar mais valor (leia-se mais-valia) para as mercadorias, é senão a força de trabalho. Portanto, os meios de produção não são capazes de engendrar nenhum valor novo à mercadoria. Ao fazer isso,

O vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor. (MARX, 1996, p. 311).

Numa jornada de trabalho, o tempo necessário é o valor pago para o trabalhador se reproduzir; e o tempo excedente é o valor sobrando ou mais-valia produzida pelo mesmo trabalhador. Durante alguns anos, uma forma hegemônica de se extrair a mais-valia da força de trabalho era aumentando consideravelmente sua jornada de trabalho, que com isso, conseqüentemente, intensificaria a produção, aumentando a mais-valia absoluta. Com as revoluções industriais e tecnológicas no decorrer dos anos – primeira revolução industrial no final do século XVIII, segunda revolução industrial no final do século XIX e a terceira revolução industrial nos finais do século XX - uma forma alternativa de se extrair mais-valia, foi introduzindo essa mesma tecnologia.

Com isso o trabalhador produziria mais em menos tempo, sem com isso precisar aumentar a jornada de trabalho, fazendo com que o trabalho necessário decresça e o trabalho excedente cresça. O mesmo trabalho excedente é expropriado do trabalhador, passando a pertencer ao capitalista ou dono dos meios de produção. O modo hegemônico de se expropriar a força de trabalho hoje é através da mais-valia relativa, mas formas de mais-valia absoluta ainda estão em vigor, numa mistura do arcaico (mais-valia absoluta) com o moderno (mais-valia relativa) para uma única finalidade: a acumulação de capital.

Atualmente este estágio de revolução tecnológica se intensifica, extraíndo muito mais mais-valia relativa da classe trabalhadora. No horizonte capitalista há uma submissão cada vez maior do homem à máquina, tornando-o seu apêndice. Essa lógica está no bojo das relações sociais capitalistas ao qual é o homem que tem que se adequar à máquina. A intensificação das forças produtivas ocorre, conforme Marx:

Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade

capitalista, onde o instrumento de trabalho emprega o trabalhador, e não este ao instrumental (...) (MARX, 2002, p.748).

Assim sendo, o modo de produção capitalista tem sua própria dinâmica ao substituir, de um modo cada vez mais intensivo, trabalho vivo por trabalho passado (leia-se trabalho morto), já que a máquina efetiva o trabalho de diversos homens ao mesmo tempo, sempre determinando o ritmo de trabalho do homem que opera a máquina. Esse princípio é construído para um resultado provável: produzir mais, em menos tempo e com o mínimo possível de custo em força de trabalho.

Mas, interessante observar que todo esse procedimento não poderá eliminar jamais a força de trabalho do processo produtivo, visto que, como vimos alhures, é a única mercadoria que produz um valor excedente que é apropriado pelo capitalista.

No demais, com todo o processo de reestruturação produtiva do capital observado nas últimas décadas, cabe aqui o esclarecimento de que o que se observa na esfera da produção é a diminuição drástica dos postos de trabalho em favorecimento da esfera da circulação e distribuição, tendo rebatimentos para a classe operária através de desempregos em massa. Mas, antes de cair numa visão unilateral do processo histórico da sociedade burguesa, o desemprego estrutural se desponta tão somente com vários complexos determinantes em sua gênese e formação do modo intrínseco capitalista. Portanto, todo esse processo é resultado das relações sociais de produção, de uma condição de produção especificamente capitalista, ou seja, da “subsunção real” do trabalho ao capital. Para Marx (1985),

na subsunção real ao capital (...) desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho (MARX, 1985, p. 105).

O resultado da intensificação desse processo são as contradições que Marx relatou nas relações sociais de propriedade com o desenvolvimento das forças produtivas, isto quer dizer que o usufruto e resultado da produção são apropriados por alguns poucos proprietários, não sendo distribuídos nas relações sociais entre os homens.

Mas o capital cria seu próprio espaço de negação. Assim, a reprodução do capital é a reprodução dos capitalistas de forma ampliada, mas também reprodução da classe supérflua de forma ampliada com a reprodução de suas lutas de classe e da ruptura desse processo. Esse movimento é gestado pela força de trabalho que mantém o trabalho adiantado e transfere valor do trabalho morto para o produto final.

Assim, os trabalhadores reproduzem sua condição de subordinação enquanto classe, pois além de transferir valor, cria novo valor para o capitalista se apropriar e ampliar a acumulação do capital, e ao mesmo tempo, contraditoriamente, ele amplia as condições para sua rebeldia e recusa a essa alienação. Em outras palavras: o capital cresce muito mais, mas em oposição a sua capacidade de absorver força de trabalho.

Trabalhador de rua no ciclo do processo capitalista.

Pensar em trabalho informal implica, fundamentalmente, em analisar as transformações no mundo do trabalho e as consequências decorrentes desse processo cíclico para as relações intrínsecas do mesmo a partir do advento do modelo de produção toyotista e com a implementação das políticas neoliberais que se iniciam com o advento da crise do modo de produção capitalista em meados da década de 1970. Primeiro, porque diante de tais mudanças no mundo do trabalho, se inicia um processo de intensificação do desemprego estrutural com enxugamento de postos de trabalho e de força de trabalho. Segundo, porque há uma ofensiva neoliberal em detrimento das organizações coletivas dos trabalhadores – sindicatos e associações de classe - o que implicará no rebatimento e declínio das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores desde então.

No Brasil, o aumento considerável da informalidade se inicia principalmente no começo da década de 1990, paralelamente à efetivação das ações neoliberais, tais como privatizações de empresas estatais, abertura do mercado brasileiro, etc. Com a reestruturação produtiva também há mudanças “in loco” no mundo do trabalho, criando-se novas profissões e banindo-se outras que existiam anteriormente, pois entramos na “era da informática”, da robótica. A indústria reduz o número da força de trabalho, por exemplo, o que faziam cinco, seis ou mais operários, apenas um realiza a mesma operação. É o advento da tecnologia, aumentando, com isso, o exército industrial de reserva, provocando uma grande expulsão da mão de obra na indústria produtiva, o que faz crescer, conseqüentemente, o “setor informal” como forma de alternativa de sobrevivência.

O desemprego estrutural visto nos últimos anos é recorrente devido às vicissitudes engendradas na base e estrutura da vida econômica com suas transformações no modo de produção e reprodução da vida em sociedade. Destarte, com a reestruturação produtiva, há mudanças no mundo do trabalho, criando-se novas profissões e banindo-se outras que existiam anteriormente, pois, entramos na “era da informática”, da robótica. Como lembramos alhures, a indústria reduz o número da força de trabalho, pois agora o que faziam cinco, seis ou até mais operários, apenas um realiza a mesma operação, é o advento da tecnologia,

aumentando, com isso o exército industrial de reserva, provocando a grande exploração da mão de obra na indústria.

Sobre o exército industrial de reserva, Marx relata em sua obra “O Capital” sobre como é o processo de constituição de uma massa de trabalhadores ociosa e funcional para o sistema:

À medida que se implementam inovações técnicas poupadoras de mão-de-obra, tais ou quais contingentes de operários são lançados no desemprego, em que se mantém por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho e dê origem a novos empregos. Assim, a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma superpopulação relativa flutuante ou exército industrial de reserva. (MARX, 1996, p. 41)

Sobre sua funcionalidade para a acumulação de riquezas para o capital, Marx também explicita que:

o exército industrial de reserva representa elemento estrutural indispensável ao modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de inovações técnicas, o que torna essa reconstituição independente do crescimento vegetativo da população. O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc. (MARX, 1996, p. 41- 42)

Desde os tempos da acumulação primitiva do capital, o sistema burguês necessita de trabalhadores livres no mercado, como foi visto anteriormente, para fazer funcionar a dinâmica capitalista através da expropriação da força de trabalho humana. Mas o capitalista nunca absorveu toda a mão de obra de que necessitasse e que se encontra no mercado, sempre havendo trabalhadores sobranes. Essa parte ociosa da classe dominada é estratégica para a acumulação do capital e o rebaixamento dos salários dos trabalhadores ativos. “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento (...) portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (MARX, 1996, p. 274).

A cada renovação de intento tecnológico poupador de mão de obra, esse exército industrial de reserva é exacerbado e intensifica-se a quantidade de trabalhadores que lhe fazem parte. “(...) Cria-se assim, sistematicamente, um exército industrial de reserva sempre disponível, durante parte do ano dizimado por um trabalho forçado desumano, enquanto durante outra parte está na miséria por falta de trabalho” (MARX, 1996, p.108).

Os trabalhadores que vendem suas mercadorias na rua estão situados neste universo de trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal de trabalho, ou porque não conseguem, ou porque já desistiram de tentar procurar emprego, mas que estão disponíveis

para qualquer momento serem capturados pelo mercado formal de trabalho pelo movimento do capital. Desse modo, se tornam funcionais ao sistema à medida que colaboram para o rebaixamento do nível de salários dos trabalhadores formais, configurando como componente do “exército industrial de reserva”.

Partindo desse pressuposto, os trabalhadores de rua estão desempenhando a função de trabalhadores improdutivos na cadeia do processo do capital, e enquanto trabalhadores improdutivos apresentam dupla dimensão do trabalho, quais sejam, tem trabalho útil, concreto e trabalho abstrato, pois produz valor, isto é, reproduz o trabalho investido pelo capital, mas não produz a mais-valia. Assim, este trabalhador se encontra na reprodução simples, pois vende suas mercadorias para reproduzir-se enquanto trabalhador.

Para entender os trabalhadores informais é preciso compreender não só o trabalho em si, mas as relações sociais em presença no capital, pois para além de pensar o trabalho é preciso refletir um conjunto de relações que atravessam esse trabalho. Enquanto trabalhador improdutivo, este trabalho é trocado por renda e não por capital, pois é improdutivo de mais-valia.

Aqui reforça a aparente forma mistificadora entre iguais no mercado - vendedores e compradores. O trabalhador de rua, no processo de circulação simples, ao invés de comprar para vender conforme os verdadeiros capitalistas, o que ele realiza é a vende para a compra, ou seja, vende suas mercadorias no comércio de rua para comprar outras mercadorias para sua reprodução, pois não há mais-valia na circulação conforme pensavam os mercantilistas. Assim, o trabalhador de rua compra de A para vender para B, fechando o ciclo do capital.

Portanto, o trabalhador de rua – denominado de vendedor ambulante ou camelô – se insere na categoria do trabalho informal e se encontra na esfera da circulação no modo de produção capitalista, e não na esfera de produção das mercadorias - lembrando que na esfera da produção se produz a mais-valia, mas é na esfera da circulação que se é realizada essa mais-valia produzida pela força de trabalho.

Não o colocando, sob hipótese nenhuma, numa relação privilegiada de atuação, mas, como qualquer trabalhador inserido na lógica capitalista, também se vê aviltado e explorado, numa relação, na maioria das vezes, muito mais perversa, inclusive, que o trabalhador formal - apesar de que o trabalhador assalariado, ao longo dos anos, esteja perdendo muito de seus direitos trabalhistas garantidos em lei.

Isso significa dizer que o trabalhador de rua compra as mercadorias para revendê-las e distribuí-las num grande mercado informal que cresce a cada ano, sendo utilizados como agentes proliferadores para a realização da mais-valia das mercadorias. Como soldados que são convocados para a guerra, o trabalhador de rua é compelido, por circunstâncias externas a ele, a participar como grande distribuidor/revendedor das mercadorias capitalistas.

Mercadorias estas, que devido a seu baixo custo de produção, são produzidas com alto índice de mais-valia e superexploração.

Portanto, o trabalhador no processo produtivo das mercadorias funciona como “agentes produtores de mais-valia”, já o trabalhador de rua no processo de circulação das mercadorias é empenhado como “agentes diretos” realizadores da mais-valia produzida na esfera da produção, isto é, agentes propulsores para a circulação de mercadorias para o capital. Sendo que com uma característica a mais, as condições de trabalho do trabalhador de rua (vendedores ambulantes e camelôs) são mais precárias e fragilizadas devido a vários fatores, entre eles a ausência de direitos sociais e trabalhistas, não tendo nenhum custo para o capital, inclusive sem amparo estatal. Ressalta-se que o objetivo maior do capital é senão manter os produtos - mercadorias – circulando o mais rápido possível para a realização e manutenção do ciclo do capital, e os trabalhadores de rua desempenham tal papel.

Considerações Finais

A sociedade do capital é gestada por relações sociais que moldam as formas de convivência em sociedade. A velocidade com que a sociedade do capital se transforma e, conseqüentemente, complexificam as relações sociais intrínsecas a ela é de uma magnitude e imensidão sem fim. Rebatimentos são sentidos em todos os aspectos da vida em sociedade, sejam nas relações econômicas, culturais, sociais, políticas, etc. Não seria diferente para o mundo do trabalho, especificamente para o trabalho informal.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho trouxeram grandes mudanças para a vida social. Com a ideia de extinguir as crises cíclicas do capitalismo, o que se constata é a não efetivação de seu intento, uma vez que, em pleno século XXI, estamos outra vez mergulhados em mais e mais crise, que não sabemos qual o desfecho.

Outro aspecto relevante a destacar é que a lógica capitalista se movimenta, segundo Marx, através da exploração da extração da mais valia do trabalhador, que não tem outro recurso a não ser vender sua força de trabalho; e que, sem o mesmo, não há a obtenção do lucro para a manutenção do sistema. “O capitalismo produz seus próprios coveiros”, ou seja, a exploração demasiada da força de trabalho que esse modo de produção capitalista engendra com suas características perversas e degradantes, provoca o esgotamento do seu único meio de sobrevivência: a força de trabalho, ou a “sua galinha dos ovos de ouro”.

Então se analisarmos a história, sempre existiram excedentes em outros modos de produção, mas no modelo atual o excedente assume a forma de mais-valia. No sistema feudal, o camponês trabalha três dias para o seu senhor e três dias para ele próprio. Nesse caso é

visível o excedente criado e repartido. Já no sistema capitalista o excedente é invisível através da produção, que dá margem para a mistificação do capital.

Assim, no sistema capitalista não há a coerção extra econômica, pois não é um trabalho escravo ou um trabalho servil, mas é forte a presença da coerção econômica, pois além da força de trabalho não receber o que produz, a mesma não é totalmente livre para escolher o trabalho que melhor lhe convier, haja vista que o uso da força de trabalho nos últimos tempos é cada vez mais escasso, não restando muitas possibilidades e alternativas para a reprodução do trabalhador.

Referências

IAMAMOTO, Marilda V. & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21 ed. São Paulo: Cortez: CELATS, 2007.

_____, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia política*. V. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, K. *Capítulo VI. Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1985.